



Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ nº 025.045/001-32
 Sede: Av. Paulista, 1.450 - 7º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2012, da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Bradesco Corretora), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Estruturada para atender clientes locais e estrangeiros, a Bradesco Corretora destaca-se como uma das mais atuantes do mercado brasileiro, com significativa participação nos mercados de ações e futuros. Apresentou, no mercado de ações, marcante crescimento em operações pela *Internet* (Bradesco *Home Broker*).

A Bradesco Corretora conquistou todos os quatro selos de Programa de Qualificação Operacional (PQO) da BM&FBOVESPA, no segmento Bovespa, totalizando 100% da certificação, considerando as conquistas obtidas dos cinco selos dos segmentos BM&F.

A Bradesco Corretora oferece a seus clientes um serviço completo de análise de investimento com cobertura dos principais setores e empresas do mercado brasileiro. Nossa equipe de *write* e *analistas* é composta por especialistas setoriais (analistas seniores e assistentes), que divulgam suas opiniões aos clientes de modo equitativo, por meio de relatórios de acompanhamento e guias de ações, com ampla base de projeções e múltiplos de comparação. A Bradesco Corretora também possui uma equipe própria de economistas dedicada às demandas específicas dos clientes, fora do mercado de ações. São enviados mais de 500 relatórios mensalmente, em português e inglês, para os mais importantes investidores nos EUA, Europa e Ásia, além do Brasil.

A Bradesco Corretora também coloca à disposição de seus clientes o Programa Tesouro Direto, que permite ao investidor pessoa física adquirir Títulos Públicos Federais pela *Internet*, sendo necessário apenas o cadastro no site www.bradesco.com.br seção Investimentos.

Com mais de 40 anos de tradição e eficiência no mercado de capitais, a Bradesco Corretora também foi a primeira no mercado a colocar à disposição de seus clientes o DMA - *Direct Market Access* (Acesso Direto ao Mercado). O DMA é um serviço pioneiro de roteamento de ordens pelo computador, que permite ao cliente investidor realizar operações de compra e venda de ativos diretamente nos mercados da BM&FBOVESPA, com toda comodidade e segurança, sem sair de casa ou escritório.

Em sua área de varejo, deu sequência ao processo de qualificação do atendimento aos clientes, pessoa física, interessados em produto de Renda Variável, promovendo treinamento de pessoal e investimentos nos sistemas que subsidiam as suas atividades. Possui 16 Salas de Ações distribuídas pelo território nacional, criadas especialmente para orientar os clientes interessados em realizar compra e venda de ações.

As atividades Internacionais, conduzidas por meio das mesas de operações de Nova York e Londres, apresentaram aumento significativo no número de clientes institucionais ativos, configurando um incremento na participação de mercado do Bradesco junto aos investidores globais. Desenvolvemos uma intensa agenda de *Road Shows* com analistas e com empresas de capital aberto, organizando reuniões com investidores institucionais nos principais centros financeiros dos Estados Unidos e Europa, incluindo Nova York, Boston, Washington, Chicago, Los Angeles, Londres, Edimburgo, Frankfurt e Paris.

No encerramento do 1º semestre de 2012, a Bradesco Corretora ficou na 17ª posição do ranking dos mercados de renda variável da BM&FBOVESPA, dentre as 92 corretoras participantes. No período, a Corretora atendeu 34.522 investidores e executou 1.423.597 ordens de compra e venda de ações, o que resultou em um volume financeiro de R\$ 38,028 bilhões.

Observamos que nos novos investidores demonstram, cada vez mais, interesse em conhecer o mercado de ações e a *Internet* é o principal e mais próximo canal de acesso a este mercado, com menor custo.

O Bradesco *Home Broker*, que permite ao cliente a compra e venda de ações pela *Internet*, obteve a cifra de R\$ 5.323 bilhões em volume negociado no Mercado à Vista da BM&FBOVESPA no acumulado do 1º semestre de 2012, com o total de 1.822.060 ordens recebidas. Destas, 471.319 foram executadas, ocupando a 15ª posição do ranking anual das corretoras *Home Broker* nos mercados da BM&FBOVESPA. Em junho de 2012, a base de clientes registrada foi de 247.442 investidores, com evolução de 3,20% em relação ao período anterior, representando 7.300 novos cadastros. Nesse mesmo período, a Mesa de Operações atendeu 47.682 ligações telefônicas, efetuou 5.487 contatos por meio do *Chat* e respondeu 26.903 e-mails.

No semestre, a Bradesco Corretora negociou 8.527.476 contratos nos mercados futuros da BM&FBOVESPA, com volume financeiro de R\$ 798.018 bilhões, classificando-se na 14ª posição do ranking financeiro das 61 corretoras participantes.

O Lucro Líquido acumulado do 1º semestre somou R\$ 33.387 milhões, registrando Patrimônio Líquido de R\$ 500.002 milhões, equivalente a 41,2% dos Ativos Totais, que somaram R\$ 1.214 bilhões.

Agradecemos aos nossos clientes pelo apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores pela dedicação ao trabalho.
 São Paulo, SP, 13 de agosto de 2012.

Diretora

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2012	2011
ATIVO		414.423	631.385
DISPONIBILIDADES (Nota 4)		514	893
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)		248.816	230.380
Aplicações no Mercado		235.315	220.280
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)		308.279	156.478
Carteira Própria		273.859	156.478
Vinculadas à Prestação de Garantias		34.420	-
OUTROS CREDITOS		356.628	243.903
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 7)		335.922	225.000
Rendas a Receber (Nota 8a)		12.599	11.599
Diversos (Nota 8b)		9.710	9.152
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.595)	(2.248)
OUTROS VALORES E BENS		168	99
Despesas Antecipadas		168	99
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		259.891	262.718
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)		216.047	225.910
Carteira Própria		216.047	225.910
Vinculadas à Prestação de Garantias		-	-
OUTROS CREDITOS		43.844	38.808
Diversos (Nota 8b)		43.844	38.808
PERMANENTE		39.957	38.828
INVESTIMENTOS (Nota 9)		32.657	32.297
Participações em Coligadas:			
- No País		11.371	10.605
- No Exterior		23.345	23.751
Outros Investimentos		(2.059)	(2.059)
MOBILIZADO DE USO (Nota 10)		2.675	3.108
Outras Imobilizações de Uso		5.871	6.547
Depreciações Acumuladas		(4.002)	(3.439)
DIFERIDO (Nota 11)		103	253
Gastos de Organização e Expansão		2.446	2.447
Amortização Acumulada		(2.403)	(2.194)
INTANGÍVEL (Nota 12)		4.522	3.170
Ativos Intangíveis		5.055	3.170
Amortização Acumulada		(1.142)	(572)
TOTAL		1.214.271	932.909

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	34.461	31.709
Operações de Crédito	478	80
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	34.257	31.819
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c)	(274)	(190)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	122	169
Operações de Empréstimos e Repasses	226	469
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(104)	(104)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	34.339	31.240
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	17.173	13.514
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 16)	48.617	44.077
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 16)	22.990	25.374
Despesas de Pessoal (Nota 17)	(25.729)	(27.729)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18)	(8.538)	(8.389)
Despesas Tributárias (Nota 19)	(353)	(353)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	6.026	7.209
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	(2.046)	(2.126)
Outras Despesas Operacionais (Nota 21)	5.152	44.754
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22)	(3)	(25)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	51.509	44.729
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24a e b)	(18.122)	(16.883)
LUCRO LÍQUIDO	33.387	27.846
Lucro por ação de mil ações em R\$	485.274,572	485.274,572
Lucro por lote de mil ações em R\$	68,80	57,38

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	51.509	44.729
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.455	6.930
Depreciações e Amortizações	689	590
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	6.220	6.691
Resultado de Participações em Coligadas	(353)	(376)
Reversão de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(104)	(104)
(Ganho)/Perda na Alienação de Imobilizado	3	25
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	57.964	51.659
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(94.551)	(44.908)
Aumento/(Redução) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	-	(2)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	79.653	(8.354)
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	445	(3)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(87.172)	32.208
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(28.504)	(24.196)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(72.165)	6.404
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(10.235)	(12.400)
Aquisição de Investimentos	-	(1.040)
Aquisição de Imobilizado de Uso	38	(25)
Alienação de Imobilizado de Uso	(952)	(937)
Dividendos Recebidos	-	584
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(11.165)	(13.074)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83.330)	(6.670)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	332.680	237.553
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	249.350	230.883
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83.330)	(6.670)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
	Realizado	Aumento de Capital	Reservadas	Estaduais	Proprias	Acumulados		
Saldos em 31.12.2010	168.000	-	15.851	216.772	(82)	-	-	400.571
Aumento de Capital	-	33.000	-	(33.000)	-	-	-	-
Homologação de Aumento de Capital	33.000	(33.000)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(12)	-	(12)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	27.846	27.846
Destinações - Reservas:	-	-	1.392	26.189	-	-	(27.581)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(265)	(265)
Saldos em 30.6.2011	201.000	-	17.243	209.961	(64)	-	-	428.140
Saldos em 31.12.2011	201.000	-	19.189	246.559	(27)	-	-	466.721
Aumento de Capital	-	33.000	-	(33.000)	-	-	-	-
Homologação de Aumento de Capital	33.000	(33.000)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	211	-	211
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	33.387	33.387
Destinações - Reservas:	-	-	1.669	31.401	-	-	(33.070)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(317)	(317)
Saldos em 30.6.2012	234.000	-	20.858	244.960	184	-	-	500.002

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2012	2011	%
1 - Receitas	110.149	131,8	106.210
1.1 Intermediação Financeira	34.461	41,2	31.709
1.2 Prestação de Serviços	71.607	85,7	69.451
1.3 Reversão de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	104	0,1	-
1.4 Outras	3.977	4,8	5.058
2 - Despesas de Intermediação Financeira	(226)	(0,3)	(469)
3 - Ingressos Adquiridos de Terceiros	(26.842)	(21,3)	(26.390)
4 - Serviços do Sistema Financeiro	(11.304)	(9,3)	(11.731)
5 - Comunicação	(7.656)	(6,3)	(8.118)
6 - Viagens	(1.688)	(1,4)	(1.195)
7 - Serviços de Terceiros	(1.282)	(1,1)	(1.791)
8 - Serviços Técnicos Especializados	(1.171)	(1,0)	(758)
9 - Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.013)	(0,8)	(1.282)
10 - Processamento de Dados	(937)	(0,8)	(1.012)
11 - Transporte	(353)	(0,3)	(235)
12 - Manutenção e Conservação de Bens	(220)	(0,2)	(227)
13 - Materiais, Energia e Outros	(148)	(0,1)	(225)
14 - Outras	(290)	(0,2)	(224)
4 - Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	83.881	100,4	78.951
5 - Depreciação e Amortização	(689)	(0,8)	(590)
6 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	83.192	99,6	78.361
7 - Valor Adicionado Recebido em Transferências	353	0,4	376
Resultado de Participações em Coligadas	353	0,4	376
8 - Valor Adicionado a Distribuir (6-7)	83.545	100,0	78.737
9 - Distribuição de Valor Adicionado	83.545	100,0	78.737
9.1 Pessoal	20.615	24,7	23.121
9.2 Proventos	8.558	10,2	7.903
9.3 Benefícios	2.524	3,0	2.892
9.4 Outros Encargos	664	0,8	618
9.5 Outros Encargos	8.869	10,7	11.718
9.6 Impostos, Taxas e Contribuições	28.773	34,4	27.229
9.7 Federal	25.221	30,1	23.556
9.8 Municipal	3.552	4,3	3.473
9.9 Remuneração de Capitais de Terceiros	770	0,9	541
Aluguéis	770	0,9	541
9.10 Remuneração de Capitais Próprios	33.387	40,0	27.846
Dividendos	317	0,4	265
Lucros Retidos	33.070	39,6	27.581

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
 A Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Bradesco Corretora) tem por objetivo principal intermediar operações de ações e de contratos futuros, admitidas às negociações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, atuando também na custódia de títulos e valores mobiliários e é parte integral da Organização Bradesco, utilizando-se de recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.406/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações das operações introduzidas pelas Leis nº 11.538/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Ajuste do resultado
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas provisionais são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas provisionais ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
 As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e) Títulos e valores mobiliários - Classificação
 Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
 Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização e, em caso de venda, ajustados pelo valor de mercado até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
 Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponíveis para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preço de mercado ou cotações de preço de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são determinados com base em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imp

Bradesco Corretora

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 01.855.045/0001-32
Sede: Av. Paulista, 1.450 - 7º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CVM, sendo:
- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre a qual não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a).
- **Provisões:** são constituídas levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados nas notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 13b e 13c).
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade jurídica, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis (Nota 13b).

n) Outros ativos e passivos
Os ativos e passivos demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro rata" dia).
o) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das Demonstrações Contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Contábeis. Não houve qualquer evento subsequente para essas Demonstrações Contábeis encerradas em 30 de junho de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	534	503
Total de disponibilidades (caixa)	534	503
Aplicações interfinanceiras (1)	240.380	230.380
Total caixa e equivalentes de caixa	240.350	230.383

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Aplicação no mercado aberto:		
Posição bancada	248.816	248.816
Letras do tesouro nacional	248.816	230.380
Total em 2012	248.816	230.380
Total em 2011	230.380	230.380

b) Recortes de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Posição bancada (Nota 5b)	14.611	11.411
Total	14.611	11.411

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação por categoria e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	2012	2011			
Títulos (1)					
1 a 30 dias	31.180	360 dias			
31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Valor de mercado	Valor de custo	Marcação	Valor de mercado	Marcação	
Títulos para negociação (3)	70.389	27.991	142.800	273.697	273.697
Letras financeiras do tesouro	30.596	30.319	99.963	130.282	130.282
Letras do tesouro nacional	38.234	-	6.392	44.626	44.626
Letras financeiras	16.228	-	21.296	37.523	37.523
Notas do tesouro nacional	30.856	-	-	30.856	30.856
Certificados de depósito bancários	-	6.282	2.179	13.322	21.783
Notas promissórias	-	9.767	-	3.767	-
Debêntures	-	1.714	11	1.836	3.561
Outros	1.296	-	-	1.299	-
Títulos disponíveis para venda (4)	162	34.420	216.047	250.629	250.322
Letras financeiras do tesouro	162	34.420	216.047	250.647	250.154
Apções	70.551	62.411	32.509	358.855	524.326
Total em 2012	162	62.411	32.509	358.855	524.326
Total em 2011	162	62.411	32.509	358.855	524.326

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 273.697 mil (2011 - R\$ 155.927 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidoras, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.
(3) Para fins de apresentação, os títulos e valores mobiliários são classificados como "para negociação" até demonstrados no ativo circulante; e
(4) No período, não foram realizadas perdas que não temporárias, para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	14.611	11.411
Títulos de renda fixa	11.777	11.853
Fundos de investimentos	6.193	7.347
Títulos de renda variável	(324)	(130)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	(274)	(180)
Total	33.993	31.629

7) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES
Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada no mês seguinte, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Outros Créditos		
Devedores/credores por conta de liquidação pendente	335.193	157.610
Caixa de registro e liquidação	729	18.308
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	9	426
Credores por empréstimos de ações	-	128
Total	335.922	225.000
Outras Obrigações		
Devedores/credores por conta de liquidação pendente	445.279	434.583
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	12.225	1.222
Credores por empréstimos de ações	-	128
Total	457.504	435.817

8) OUTROS CRÉDITOS
a) Rendas a receber

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Dividendos	11.147	10.546
Serviços prestados - Taxa de custódia e de administração	1.413	1.436
Comissões e corretagens	11	11
Total	12.571	11.993

b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Depósitos para interposição de recursos fiscais	36.421	29.433
Créditos tributários (Nota 14)	2.388	11.367
Títulos e créditos a receber	1.275	3.153
Pagamentos a ressarcir	17	117
Impostos e contribuições a compensar	703	623
Depósitos para interposição de recursos trabalhistas	53.554	45.960
Outros	-	-
Total	93.158	89.553

9) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas".

Empresas	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Capital social	1.756	2.077
Patrimônio líquido	912.000	1.394.060
Participação possuída (em milhares de ações)	9	0,541
Participação %	0,815	43,300
Lucro líquido ajustado	11.360	10.594
Valor contábil	11.371	10.695
Ajuste decorrente de aplicação	353	376
Resultado líquido	11.724	11.071

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas Companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.
b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Ações e cotas	20.641	21.047
Investimentos por incentivos fiscais	2.701	2.701
Títulos patrimoniais	2	2
Obras de arte	2	2
Subtotal	23.345	23.751
Provisão para perdas	(2.059)	(2.059)
Total	21.286	21.692

10) IMOBILIZAÇÃO DE USO
Demonstração ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Inveio de uso:	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Taxa	2,101	2,101
Custo	3,296	(1,195)
Depreciação	2,101	1,906
Valor residual	1,195	1,195

11) DIFERIDO
Os valores registrados no diferido referem-se a gastos com desenvolvimento de logística em implantação, e seu valor residual corresponde a R\$ 103 mil (2011 - R\$ 253 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 2.343 mil (2011 - R\$ 2.194 mil).
12) INTANGÍVEL
Os valores resultam de gastos com desenvolvimento de softwares correspondem a R\$ 4.305 mil (2011 - R\$ 2.964 mil) e de aquisição de softwares a R\$ 217 mil (2011 - R\$ 206 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 1.142 mil (2011 - R\$ 572 mil).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos Contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de seus negócios. As provisões foram constituídas levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às demandas dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

c) Processos Trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para normal de execução, o valor das provisões inclui o depósito judicial e o custo de custódia considerando a efetiva perspectiva de perda destas depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.
d) Processos Cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.
As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro.

III - Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais
A instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.
IV - Imobimentação das Provisões Contábeis

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Saldos no início do 1º semestre de 2012	1.529	114
Constituições líquidas de reversões	637	73
Atualização monetária	2.166	187
Saldos no final do 1º semestre de 2012 (Nota 14)	1.212	91
Saldos no início do 1º semestre de 2011 (Nota 14)	1.212	91

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis
A instituição não possui um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as perspectivas jurisprudenciais e efetivas, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contábeis e judiciais sobre o risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação refere-se a atualização fiscal (IRPJ e CSLL) relativa às operações de desmonetização da BM&F e da BOVESPA, as quais, em síntese, consistiam na substituição dos títulos patrimoniais da BM&F e da BOVESPA, por pertenciam a empresa, por ações de emissão dessas entidades. Essa atualização, atualizada no 1º trimestre de 2012, corresponde a R\$ 17.383 mil (2011 - R\$ 16.527 mil) para o IRPJ e R\$ 6.251 mil (2011 - R\$ 5.953 mil) para a CSLL.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b)	35.133	28.433
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	11.915	12.107
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 24c)	2.710	1.452
Impostos e contribuições a recolher	2.063	2.127
Total	51.821	44.119

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	25.115	22.364
Provisões civis e trabalhistas (Nota 13b)	2.353	1.303
Outros	2.515	1.303
Total	27.468	23.674

(1) Inclui Participações nos Lucros e Resultados/Bônus de empregados no montante de R\$ 19.388 mil (2011 - R\$ 16.403 mil).

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social no montante de R\$ 234.000 mil (2011 - R\$ 201.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é representado por 485.274.572 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.
b) Movimento do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2011	485.274.572	201.000
Aumento com Reservas - AGE de 13.4.2012 (1)	-	33.000
Em 30 de junho de 2012	485.274.572	234.000

(1) Em 4 de maio de 2012 foi homologada pelo BACEN a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o aumento do capital social da Instituição no montante de R\$ 33.000 mil, em emissão de ações, elevando-o de R\$ 201.000 mil para R\$ 234.000 mil, mediante a capitalização de parte do saldo registrado anteriormente em "Reserva de Lucros - Estatutária", conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

c) Reservas de Lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Reservas de Lucros	265.818	227.224
- Reserva Legal (1)	20.858	17.243
- Reserva Estatutária (2)	244.960	209.981

(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, poder ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.
d) Dividendos
Os acionistas estão assegurados o direito de receber o dividendo em dinheiro, em cada exercício, que somados, no total, seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente trimestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos aos respectivos semestres findos em 30 de junho, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2012	2011
Lucro Líquido	33.993	31.367
(1) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(1.689)	(1.842)
Base de cálculo	31.718	26.544
Porcentagem em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,65	0,55

16) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Corretagens de operações em bolsa	35.993	33.357
Rendas de tarifas bancárias - pessoas físicas	22.900	25.274
Comissões de colocação de títulos	2.024	455
Comissões de custódia	5.323	5.524
Outros	5.907	4.641
Total	71.607	69.451

17) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Proventos	8.558	7.903
Participação dos empregados nos lucros	9.208	11.156
Encargos sociais	2.777	2.575
Benefícios	2.524	2.862
Provisões trabalhistas	5.337	539
Tratamentos	22.228	24.278
Total	44.234	50.779

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Serviços do sistema financeiro	11.304	11.731
Comunicação	7.656	8.118
Viagens	1.668	1.195
Serviços de terceiros	1.292	1.781
Serviços técnicos especializados	1.171	758
Propaganda, promoção e publicidade	1.013	1.262
Processamento de dados	937	1.012
Aluguel	770	541
Depreciação e amortização	689	590
Transportes	353	235
Manutenção e conservação de bens	220	227
Energias, energia e outros	145	



Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 01.855.045/0001-32
Sede: Av. Paulista, 1.450 - 7º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	RS mil	
			Saldo em 31.12.2011	Saldo em 30.6.2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	679	3	44	638
Provisões civis	46	29	-	75
Provisões fiscais	1.914	4	-	1.918
Provisões trabalhistas	612	254	-	866
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	720	-	-	720
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	1	-	-	1
Outros (1)	8.944	3.897	5.032	7.809
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	12.816	4.187	17	12.827
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	17	-	-	17
Contribuição social - MP nº 2.158-35 de 24.8.2001	646	-	-	646
Total dos créditos tributários (Nota 8a)	13.579	4.187	5.093	12.673
Obrigações fiscais diferidas (Nota 14a)	2.052	658	-	2.710
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	11.527	3.529	5.093	9.963

(1) Basicamente corresponde a créditos tributários sobre a provisão constituída para pagamento da Participação nos Lucros e Resultados.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35

2012	Diferenças temporárias			Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
2012	993	405	1.398	
2013	1.881	774	2.655	
2014	3.554	1.907	5.461	
2015	1.368	821	2.189	
2016 (1º semestre)	221	103	324	
Total	8.017	4.010	12.027	

Em 30 de junho de 2012 - RS mil	
Crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35	Total
2014	646
Total	646

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somaram R\$ 11.576 mil (2011 - R\$ 10.265 mil), sendo R\$ 11.370 mil (2011 - R\$ 9.701 mil) de diferenças temporárias e R\$ 508 mil (2011 - R\$ 565 mil) de crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35.

e) Obrigações fiscais diferidas
A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 2.710 mil (2011 - R\$ 1.492 mil) relativas a juros sobre depósitos judiciais.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Gerenciamento de riscos
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e a globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicados às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:
- Resolução nº 3.568/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10); e
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares - Contador - CRC 1SP208127/0-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor concentra os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,



KPMG Auditores Independentes
CRC ZSP014428/0-6

Zenke Nakassato
Contador CRC 1SP160769/0-0

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/0-1

Aos Administradores da
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor concentra os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,



Sergio Lima/Folhapress - 25.07.12



Posso afirmar que a organização está articulada e trabalha. E que o Carlinhos Cachoeira, mesmo preso, tem enviado mensagens.
Léo Batista de Souza, procuradora federal.

Cachoeira tem que permanecer preso, porque a organização criminoso não foi desarticulada. Mesmo preso, está trabalhando.
LÉA BATISTA DE SOUZA
IDEM

Organização de Cachoeira ainda está ativa

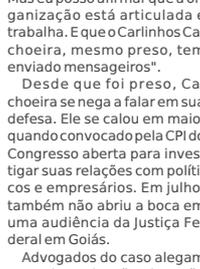
Para procuradora Léa Batista, grupo age como a máfia para proteger contraventor e preservar o esquema.

A procuradora da República Léa Batista, de Souza que atua na Operação Monte Carlo, afirmou ao portal G1 que a organização comandada por Carlinhos Cachoeira, preso desde fevereiro pela Polícia Federal, continua atuando. Carlos Augusto de Almeida Ramos foi detido durante a Operação Monte Carlo, que desbaratou uma rede de jogos ilegais em Goiás. Ele é tido como o comandante de uma quadrilha e acusado de corromper agentes públicos e

empresários para manter o negócio ilegal. "Todos os acontecimentos recentes demonstram que Carlinhos Cachoeira tem que permanecer preso, porque a organização criminoso não foi desarticulada. Está trabalhando, movimentando, ameaçando, chantagando, mandando recado", disse a procuradora, a mesma vítima de ameaças por e-mail. Em entrevista ao programa Fantástico, da Rede Globo, a procuradora defendeu que Cachoeira seja condenado na

Justiça a uma pena superior a 20 anos, por ser considerado o chefe do grupo que explorava uma rede de máquinas caça-queques em Goiás. Crimes - Segundo ela, além de atuar com jogos ilegais, o bicheiro e os integrantes da organização também realizavam outros crimes: "Por trás da jogatina, existe corrupção, violação de sigilo, lavagem de dinheiro, mortes". Léa disse que, mesmo preso, Cachoeira vem atuando. "Não tenho como falar quem estaria no comando agora. Mas eu posso afirmar que a organização está articulada e trabalha. E que o Carlinhos Cachoeira, mesmo preso, tem enviado mensagens".

lefnônicas foram distorcidas. Perillo - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu inquérito para investigar as relações do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), com Carlinhos Cachoeira. No despacho autorizando as investigações, o ministro Humberto Martins também determinou a realização de diligências pedidas pelo Ministério Público, como a relação dos contratos da empreiteira Delta com o governo goiano. As investigações da PF trazidas à tona pela CPI reforçam as ligações de Perillo com o esquema. Escutas autorizadas judicialmente mostraram a contraventor com acesso a integrantes da cúpula do governo local até mesmo como pagador de contas pessoais de secretários de Perillo. O contraventor chegou a receber uma ligação de Perillo parabenizando-o pelo aniversário. "É apenas a formalização de um pedido de investigação que eu mesmo fizera", comentou o advogado de Perillo, Antônio Carlos de Almeida Castro o Kakay. (Agências te-



Ameaça: mesmo preso, Cachoeira tem enviado mensagens.

Atlântica Capitalização S.A. CNPJ nº 01.598.935/0001-84 - NIRE 35.300.148.240

Grupo Bradesco de Seguros e Previdência

Ata das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 29.3.2012

Data, Hora, Local: Aos 29 dias do mês de março de 2012, às 13h, na sede social, Avenida Paulista, 1.415, parte Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-928. **Presenças:** Representando a totalidade do Capital Social, conforme se verifica de suas assinaturas no livro de presença. Verificou-se também a presença dos senhores Tarcísio José Massote de Godoy, Diretor, e Luciene Tezera Magalhães, representante da empresa KPMG Auditores Independentes. **Mesa:** Presidente: Norton Glaubes Labes; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior. **Convocação:** Dispensada a convocação por Edital, conforme com o disposto no Parágrafo Único do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976. **Ordem do Dia: Assembleia Geral Extraordinária:** 1) examinar proposta da Diretoria para alterar o Estatuto Social, no Artigo 7º, transformando 1 (um) cargo de Diretor Gerente em mais 1 (um) cargo de Diretor, com a consequente alteração das letras "a" e "c" do Artigo 10º, e na alínea "g" do Artigo 9º, aproximando a sua redação; 2) aprovar a alteração da redação do Anexo A da Convenção de Seguros e Previdência da Atlântica Capitalização S.A., que seja das despesas da administração financeira do referido Grupo. **Assembleia Geral Ordinária:** I) tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer Atuarial e do Relatório dos Auditores Independentes e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2011; II) deliberar sobre proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício anexoado em 31.12.2011 e distribuição de dividendos; III) eleger os membros da Diretoria da Sociedade; IV) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores; V) ratificar as seguintes designações de Diretor: de Relações com a SUSEP: responsável pela Área Técnica de Capitalização; responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 6.153, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; responsável administrativo-financeiro, responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes; VI) designar, perante a SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, o Diretor responsável pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade. **Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:** 1) aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a Proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Orgão, de 26.3.2012, a seguir transcrita: "alterar o Estatuto Social, no Artigo 7º, transformando 1 (um) cargo de Diretor Gerente em mais 1 (um) cargo de Diretor, com a consequente alteração das letras "a" e "c" do Artigo 10º e na alínea "g" do Artigo 9º, aproximando a sua redação. Se aprovada a proposta, as alterações do Artigo 7º, alínea "g" do Artigo 9º e letras "b" e "c" do Artigo 10 do Estatuto Social passarão a ser as seguintes: Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Diretor, eleito pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, composta de 3 (três) a 5 (cinco) Diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Gerente e de 1 (um) a 5 (cinco) Diretores; Art. 9º) - g) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar a distribuição das verbas de remuneração aos Administradores; Art. 10) - b) ao Diretor Gerente, desempenhar as funções que lhes forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente; c) aos Diretores, desempenhar as funções que lhes forem atribuídas e o Diretor Gerente no desempenho de suas funções, e coordenar e dirigir as atividades das áreas que lhes ficarem afetas"; 2) aprovada a alteração da redação do Anexo A da Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, que seja das despesas da administração financeira do referido Grupo. A mencionada Convenção consolidada será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e ficará arquivada na sede social, na alínea "1" do Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Assembleia Geral Ordinária:** I) tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer Atuarial e do Relatório dos Auditores Independentes e aprová-los, sem ressalvas, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2011, de conformidade com a publicação efetuada em 29.2.2012, no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo", páginas 75 e 77 e "Diário do Comércio", páginas 47 e 48; II) aprovada a proposta da Diretoria registrada na Reunião daquele Orgão, de 24.2.2012, para destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, conforme segue: "Tendo em vista que a Sociedade obtém no exercício social encerrado em 31.12.2011 o lucro líquido de R\$269.234,65, propomos a distribuição do mesmo na seguinte forma: R\$103.226,75 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$1.470.981,15 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R\$490.327,65 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; III) para composição da Diretoria, com mandato de 1 (um) ano, em 29.3.2012, foram reeleitos os senhores: **Diretor-Presidente: Norton Glaubes Labes**, brasileiro, casado, secular, RG 8.984.614-3/SP-SP; CPF nº 610.430.881-9; **Diretor Gerente: Ivan Luiz Gontijo Júnior**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 044.902, CPF 77.025.397/87; **Diretor: Roberto Chaymbeilain da Costa**, brasileiro, casado, economista, RG 1.018.230-9, CPF 756.039.427/20; **Ricardo Aldam**, brasileiro, casado, economista, RG 7.706.734-4/SP-SP, CPF 033.677.718/30; **Enrique Ayan Y Coello**, espanhol, casado, secular, RG 1.018.230-9, CPF 037.620.420/90; **Luciene Tezera Magalhães**, brasileira, casada, de Godoy, brasileiro, casado, secular, RG 5.548.548/SP-DF, CPF 316.688.601/04, todos com domicílio na Avenida Paulista, 1.415, parte Bela Vista, São Paulo, SP, sendo que permanecerão em suas funções até que os nomes dos Diretores que forem eleitos em 2013 recebam a homologação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na Resolução nº 138, de 7.11.2005, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, não havendo qualquer impedimento em virtude de condenação criminal; IV) fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$90.000,00 (noventa mil reais), a ser distribuída em Reunião da Diretoria, a ser realizada pelo próprio Conselho de Administração, conforme determinação da Resolução nº 138, de 7.11.2005, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; V) ratificadas as seguintes designações de Diretor: **senhor Norton Glaubes Labes** - de Relações com a SUSEP e responsável pela Área Técnica de Capitalização; **senhor Ricardo Aldam** - responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 6.153, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; e pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes; **senhor Haymbeilain Roberto Costa** - responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; e responsável administrativo-financeiro; VI) designado o **senhor Tarcísio José Massote de Godoy**, representante da empresa KPMG Auditores Independentes, para a implementação de controles internos das atividades da Sociedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerra com a presente a presente Assembleia e o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, inclusive pela representante da empresa KPMG Auditores Independentes. **Assinaturas:** Presidente: Norton Glaubes Labes; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior; Advogado: Tarcísio José Massote de Godoy; Acionistas: Bradesco Capitalização S.A. e Bradesco Seg Priv Investimentos Ltda., representadas por seus procuradores, senhores Carlos Lauro Barbosa e Johan Albino Ribeiro; Auditor: Luciene Tezera Magalhães. **Declaração:** declaramos no mesmo livro, as assinaturas nele apontadas, a) Ivan Luiz Gontijo Júnior e Tarcísio José Massote de Godoy - Secretários - e Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o registro sob número 345.892/12-4, em 7.8.2012. a) Gisela Simenna Ceschin - Secretária Geral.